

A dívida do governo: Cz\$ 1,7 trilhão.

Um relatório aos credores diz que a dívida externa é maior que a interna

A dívida externa e interna líquida do setor público (incluindo Governo Federal, Estados e municípios) atingiu em setembro último US\$ 128,7 bilhões ou Cz\$ 1,772 trilhão, aproximadamente. A informação é do Banco Central, no documento "Brasil-Programa Econômico", de novembro último, encaminhado aos bancos estrangeiros. Essa dívida cresceu 10% (em dólares) no período de janeiro a setembro e 45,1% (em cruzados) no mesmo período, o equivalente a 6,3% do PIB calculado para o mesmo período.

Pelo documento do Banco Central, a dívida externa líquida do setor público é maior que a dívida interna. Enquanto a externa soma

US\$ 76,5 milhões (Cz\$ 1,053 trilhão), a interna US\$ 52,2 bilhões (Cz\$ 718,6 bilhões). Por causa da política do governo de substituir gradativamente a dívida externa pela dívida interna, a primeira cresceu menos de janeiro a setembro (9,5%) enquanto a segunda expandiu 10,8%. Em resumo, da dívida global líquida, 59,5% são de origem externa e 40,5% de origem interna.

Os governos estaduais e municipais juntos participam com 12,4% da dívida interna e externa líquida com US\$ 15,9 bilhões (Cz\$ 219 bilhões). Em cruzados, essa participação sobe para 15,4%. No documento do Banco Central, os quatro mais importantes Estados "aboca-

nam" praticamente quase toda a dívida, a começar pelos débitos representados em títulos públicos. Contabilizado em outubro, o saldo da dívida estadual e municipal em títulos sofreu um acréscimo nominal de 88,1% em relação a dezembro de 1985. Dos Cz\$ 63 bilhões devidos em outubro, o Estado de São Paulo e seus municípios detinham Cz\$ 25,6 bilhões, Minas Gerais Cz\$ 11,3 bilhões, Rio de Janeiro Cz\$ 11,4 bilhões e Rio Grande do Sul Cz\$ 9,2 bilhões. Em conjunto, esses Estados representaram 91,3% da dívida estadual e municipal interna.

Quando o documento do Banco Central se refere às necessidades de financiamento do Governo Fe-

deral (no conceito de déficit público do FMI) revela um dado importante. De janeiro a setembro, foram necessários Cz\$ 153,1 bilhões para que o governo se financiasse, sendo que do total Cz\$ 148 bilhões (96,7%) se destinaram exclusivamente para pagar os juros da dívida representada em títulos públicos. Fora as empresas estatais federais, os Estados e os municípios, o chamado Governo Central se responsabilizou por 57,3% dos empréstimos realizados por todo o conjunto do setor público para se financiar seja para pagar juros, seja para cobrir subsídios ou déficit do Tesouro, que de janeiro a outubro atingiu Cz\$ 23,8 bilhões no conceito de receita e despesa.